



Elementos para a discussão de um currículo para a rede estadual

Esse Boletim nasceu dos questionamentos dos professores associados ao Centro do Professorado Paulista à nova reforma curricular proposta pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo. Ele foi elaborado a partir da colaboração dos profissionais da educação que lecionam no interior e na capital.

Com o objetivo de situar a proposta curricular no contexto da atual, apresentamos uma breve análise das condições existentes na escola tendo em vista a implantação de um novo currículo, de tal forma que ele não seja visto isolado das políticas do Estado para a educação e do papel dos educadores na construção de uma instituição educativa e formativa mais justa e humana.

*José Maria Cancellero
Presidente*

Apresentação

A nova reforma curricular foi elaborada por uma comissão indicada pelo Governo sem que houvesse a avaliação do Currículo Oficial (2008-2018). Essa é a razão que nos levou a abordar alguns aspectos desse currículo na perspectiva da nova proposta.

No documento disponibilizado à rede por consulta via Internet (outubro - novembro), o Governo apresenta o novo currículo como “complementar à BNCC” (Base Nacional Comum Curricular), o que nos levou a retomar a discussão da BNCC. A ansiedade dos profissionais da educação em relação à BNCC do Ensino Médio obrigou-nos a discuti-la brevemente apesar do governo paulista ter optado, assim como o federal, por apresentá-la separadamente do Ensino Fundamental, dificultando a visão do todo e da progressão do currículo, dos princípios e dos conteúdos da Educação Básica.

Os profissionais da educação destacaram nas suas análises o fato de graves questões da educação pública no nosso Estado, como a evasão, a repetência, a situação do professor “Categoria O” e a ausência de uma política de valorização da carreira e salários profissional. A pergunta frequente foi: “O que a reforma do currículo irá colaborar para mudar essa situação?”.

A Secretaria da Educação não apresentou na nova versão os princípios teóricos norteadores da proposta curricular, por essa razão, esclarecemos nesse texto qual a concepção de currículo que norteou a nossa abordagem. O currículo precisa considerar:

- a organização do tempo e do espaço escolar porque eles dizem respeito às condições de ensino e de aprendizagem, inclusive daquelas que ultrapassam as paredes da sala de aula e os muros da escola;
- o papel do professor enquanto gestor, avaliador e propositor do currículo em ação;
- os referenciais históricos, sociais e políticos e que esteja voltado para

a transformação social, contribuindo para a formação do estudante sujeito do seu processo de aprendizagem, capaz de posicionar-se e agir a favor de uma sociedade melhor.

Os professores têm papel fundamental na organização e implementação do currículo. Cabe a eles como gestores analisarem o conteúdo a ser selecionado, o material pedagógico, o tratamento dos espaços e tempos escolares, na medida em que cotidianamente trabalham com situações às vezes não previstas.

A nova versão: conjuntura

A proposição de uma Base Nacional Comum Curricular não é polêmica, ela está prevista no Plano Nacional de Educação e tem o objetivo de orientar os estados e municípios na construção dos seus próprios currículos. O problema é a política educacional em que a Base está inserida, por exemplo, pretende oferecer padrões de conteúdo a serem adotados em todo o País, apesar da nossa diversidade; separa a carga horária curricular em duas partes, 60% daquilo que deve ser tratado pelas escolas faz parte da Base Comum e 40% destina-se às especificidades locais ou regionais. A BNCC, segundo o Ministério da Educação deverá reposicionar todo o sistema nacional de avaliação. Ele será realinhado de acordo com os objetivos fixados na nova base, assim como a formação dos profissionais da educação e a elaboração dos materiais didáticos. Isso será possível? Em quanto tempo? Como isso repercutirá no currículo paulista?

No Estado de São Paulo a adequação do sistema de ensino à BNCC foi apresentada em uma nova versão curricular submetida à consulta pública no mês de setembro e outubro. Os profissionais da educação consideraram esse período extremamente curto para avaliar uma proposta extensa, realizada no horário da Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) e na época do encerramento do bimestre. Em muitas escolas os professores não conseguiram acessar o portal, porque o sistema estava lento e as salas de informática em estado precário. Não houve ampla divulgação, como em outros momentos de interesse da Secretaria de Educação, com propagandas em horário nobre nos canais de televisão e nas demais mídias de comunicação. Conclusão: muitos professores não conseguiram analisar a nova versão ou nem ficaram sabendo que estava disponível para críticas e contribuições.

O Currículo Oficial e a nova versão: algumas considerações

A Proposta Curricular para o Ensino Fundamental e Médio implantada no ano de 2008 nasceu no bojo do projeto de educação lançado no ano de 2007, pelo então governador José Serra. De lá para cá sofreu pequenas alterações e carregou problemas que vinham desde a sua implantação.

No ano de 2003, tramitaram na Assembleia Legislativa do Estado (ALESP) duas propostas de Plano Estadual para a Educação: a da sociedade paulista (Projeto de Lei nº 1074/2003), construída no Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (FEDEP) e a do governo, retirada no ano de 2003. O fato de a Proposta Curricular ter sido elaborada apesar da inexistência de um Plano Estadual que pudesse orientar o novo projeto, mostra sua fragilidade e a prática do governo de elaborar/implantar projetos no gabinete e sem a avaliação das políticas anteriores, como os Guias Curriculares (1976) e as Diretrizes Curriculares (década de 80).

Hoje, estamos diante de uma nova proposta submetida à consulta pública, sem que houvesse grande participação dos profissionais da educação e sem que fosse realizada a avaliação daquele em andamento desde 2008.

Nos princípios desse currículo foi enfatizada a gestão compartilhada. Os professores ao manifestarem suas críticas a esse currículo deixaram claro que a gestão compartilhada, de fato, não se tornou uma realidade. Quando a escola conta com um professor que atua na coordenação é ele quem lidera e orienta os trabalhos, quando na escola não existe essa figura, em geral, os professores continuam atuando individualmente.

Um dos pilares do currículo vigente é a revolução tecnológica, portanto, na visão dos seus elabora-

dores para inserir a escola no Século XXI, seria fundamental o uso das tecnologias do conhecimento, no entanto, pouco foi feito nessa direção. Ao contrário, a ampliação do uso da Internet aconteceu para a resolução de problemas burocráticos, como o diário digital que duplicou o trabalho do professor. No currículo, a defesa do uso da tecnologia está atrelada à formação para o trabalho e à empregabilidade. A geração “sem-sem”, sem escola e sem trabalho, mostrou a falácia dessa concepção.

O argumento de que o conhecimento é acessível a todos por meio da Internet, não se comprovou durante a década da implantação do currículo. Ocorre que ao longo desse tempo nos demos conta da complexidade dos meios de comunicação e da disseminação de conteúdos que não contribuem para uma formação integral do aluno: física, tecnológica, científica e humana.

Na nova versão foi retomada a afirmação da importância das tecnologias digitais de informação:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

(Carta de Apresentação, Versão zero, acesso em 20/8/2018,

<https://sites.google.com/view/curriculopaulista/versao-zero-do-curriculo-paulista>).

Entretanto, se não houver condições práticas para que o estudante se aproprie do conhecimento, a utilização e criação de tecnologias digitais de informação, tudo ficará no papel. As condições práticas não se referem somente às ferramentas: computadores, softwares, aos espaços apropriados, os laboratórios de informática com acesso à Internet, mas, sobretudo, à formação dos professores na área, em razão de muitos profissionais não saberem utilizar as ferramentas digitais.

Outro ponto que mereceu atenção dos professores foi o foco em competências e habilidades. Dez anos se passaram desde a proposta inicial para o currículo de São Paulo e, até hoje, o professor não incorporou a concepção de um currículo referenciado por competências e habilidades.

Na prática, o que aconteceu com o currículo focado em competências e habilidades foi a exclusão na inclusão, isso porque, os estudantes aprendem em ritmos diferentes e a estrutura da organização da sala de aula permaneceu a mesma: estudantes enfileirados, olhando para o quadro negro durante todo o período em que permanecem na escola.

A opção por competências e habilidades, ao invés de objetivos, indica a necessidade da construção da interface entre os componentes curriculares das áreas para o melhor desenvolvimento das mesmas, o que demanda material e espaço físico apropriado: laboratório, sala de informática, salas temáticas, etc.

Os profissionais da educação argumentaram, também, que a construção do conhecimento e os conteúdos historicamente produzidos pela humanidade se apequenam diante da preocupação dos estudantes em perseguir competências e habilidades individuais, negando-se a eles e ao professor o papel de sujeitos da construção do conhecimento. Apesar disso, o Governo ao propor a reforma do currículo vigente reafirma:

Partindo do princípio de que o alinhamento com a BNCC está assegurado nos organizadores, a primeira delas converge com a proposta da construção de um Currículo como complementar a BNCC, sendo que no currículo, no caso da versão zero e principalmente os organizadores, deve-se analisar como as habilidades dos componentes curriculares se apresentam, exemplificam, conectam e tornam o contexto dos objetos de aprendizagem significativos, buscando fundamento nas realidades do território paulista e do tempo nos quais aprendizagens devem ocorrer.

(Carta de Apresentação, Versão zero, acesso em 20/8/2018,

<https://sites.google.com/view/curriculopaulista/versao-zero-do-curriculo-paulista>).

Na atual versão outro problema é a progressão entre as competências e habilidades do Ensino Fundamental para o último nível da Educação Básica. Na disciplina de Matemática, por exemplo, várias habilidades e competências que no Currículo Oficial apareciam no Ensino Médio, foram deslocadas para os anos iniciais da Educação Básica e, principalmente, para o 9º ano. Os professores questiona-

ram: qual o objetivo dessa mudança? Seria para garantir no Ensino Médio apenas 1800 horas obrigatórias e 1200 livres para escolha? Alguns conteúdos referem-se à Física, a antecipação seria para diminuir o conteúdo da área? Os educadores afirmaram a importância desses conteúdos, habilidades e competências para todos os estudantes da Educação Básica.

Cadernos do Professor e do Aluno

O Currículo Oficial do Estado de São Paulo é completado por um conjunto de materiais dirigidos especialmente aos professores e estudantes: os Cadernos do Professor e do Aluno, organizados por disciplina, de acordo com a série, ano e bimestre. Neles são apresentadas situações de aprendizagem para orientar o ensino, o trabalho do professor com os conteúdos disciplinares específicos, e, a aprendizagem. Desde a implantação desse material no ano de 2008, não houve modificação. Esse ano, a capa foi modificada, apesar da data de publicação constar o ano de 2017.

Outro problema, segundo os professores, é que esse material tira a autonomia e em muitas escolas a preocupação é com o controle da página em que o professor está, ou seja, não é garantir a aprendizagem, mas, saber se as aulas transcorrem de acordo com o indicado no material.

Com relação ao caderno de matemática, os professores disseram que ele é praticamente um caderno de exercícios e, para resolvê-los, é preciso trabalhar com várias habilidades não previstas, obrigando-os a recorrer ao livro didático como apoio para demonstração das fórmulas e exemplos resolvidos. Em outros casos, não é encontrado este auxílio no livro do respectivo ano, por essa razão, muitas vezes o estudante não consegue desenvolver os exercícios com autonomia, isso leva o professor a retomar ou inserir conteúdo.

As habilidades são desenvolvidas em espiral, o que, muitas vezes, dificulta o trabalho adequado com certas habilidades. Com relação a esse assunto, os professores que ministram aulas também nas escolas particulares, afirmam que nelas não é seguido o desenvolvimento em espiral e sim linear.

Nas disciplinas que possuem um número de aulas menor, a situação se agrava porque o estudante não tem o hábito de estudar por conta própria. Os anos de progressão continuada levaram-no a acreditar que não é preciso despender nenhum esforço, pois serão aprovados. Essas razões repercutem nas avaliações da aprendizagem em um processo, uma vez que os estudantes não se saem bem.

No caderno do professor também existem problemas. Ele traz sugestões de atividades para serem desenvolvidas na sala de informática, porém as salas não tem acesso à Internet rápida, não é disponibilizado software, não existem técnicos para manutenção e como muitos professores não são capacitados, fica difícil e às vezes impossível trabalhar.

Resumindo, existe um descompasso entre os materiais enviados pelo Governo e o seu desenvolvimento, apesar das orientações previrem todos os passos a serem seguidos pelo educador, retirando a sua autonomia e criatividade.

Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP)

A Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP) propõe avaliações de caráter diagnóstico dos conteúdos disciplinares desenvolvidos nos bimestres. Os professores também apontaram problemas com relação à aplicação das avaliações:

- a 3ª AAP requer uma revisão do conteúdo. O estudante ficou 30 dias em casa, não tem o hábito de estudar sozinho e os responsáveis não acompanham o seu desempenho;
- muitas provas trazem questões com grau de dificuldade acima da realidade da escola, por exemplo, a de matemática do 9º ano, do 1º bimestre, e a do 8º ano, do 3º Bimestre;
- no caso da disciplina de Língua Portuguesa, as provas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) até o ano de 2009, apresentavam conteúdos não existentes ou pouco explorados nos Cadernos do Aluno. A partir de 2010, a situação melhorou no caso do 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º do Ensino Médio, uma vez que as mesmas habilidades trabalhadas nas situações de aprendizagem aparecem na prova, tornando-as mais pertinentes com a realidade.

Embora na nova versão não exista menção aos materiais auxiliares, a avaliação deles é muito importante para que erros não sejam perpetuados.

Considerações a respeito da BNCC do Ensino Fundamental

Desde a Constituição Federal de 1988, já estava previsto no artigo 210 a criação de uma Base Comum para o currículo das escolas de todo o país, que estabelecia conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

A história segue e para em 1996, quando a Lei das Diretrizes e Base é aprovada, dando sequência no lento projeto de criação da base nacional, onde foi constituída de várias versões com as participações de profissionais da educação, entidades, especialistas e até mesmo de cidadãos comuns para sua construção.

O Plano Nacional da Educação em 1996, que vigorou entre os anos de 2001 a 2010, também tinha como objetivo assegurar metas de políticas na educação não foi cumprido à risca em razão da economia brasileira e da falta de fiscalização.

As Conferências Nacionais de Educação (CONAE), em 2014, garantiram maior participação da sociedade nas discussões sobre a melhoria da educação nacional e, como estratégia articulada ao cumprimento de algumas das metas do PNE (2014/2024), teve início a proposição de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sua elaboração iniciou com a constituição de um Comitê de Assessores e Especialistas formado por professores universitários, atuantes na pesquisa e no ensino das diferentes áreas de conhecimento da Educação Básica, docentes da Educação Básica e técnicos das secretarias de educação, indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e pela União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), com a participação dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. Coube a este Comitê produzir a redação dos textos preliminares e a nós conhecer o processo histórico dos documentos que precederam a base curricular, procurando explicitar a sua estrutura e o percurso da construção até a atual versão.

A análise e discussão da BNCC por toda a sociedade é fundamental, uma vez que ela se caracteriza pela implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de toda a educação no País. Em outras palavras, cria-se um plano que deve ser obedecido por todas escolas de Ensino Básico no país, sejam públicas ou privadas. No entanto ouvimos muitas críticas de como ela irá ser colocada em prática. A escolha dos conteúdos procura respeitar a diversidade cultural das regiões, mas ainda assim se pergunta se tudo que está no plano é relevante para uma formação acadêmica bem estruturada. Ainda que os conteúdos das escolas públicas e privadas sejam o mesmo, como assegurar que as escolas terão as condições físicas e materiais pedagógicos para garantir a equidade na educação nacional? Será que ela terá o potencial de ajudar na redução das desigualdades de nosso País?

Os resultados deste estudo demonstraram que há pouca aceitação da proposta de uma base de currículo comum em território nacional, tendo em vista as contradições socioculturais que impedem a oferta de conteúdos mínimos, contrariando as teorias da educação que defendem o desenvolvimento máximo das potencialidades humanas como base dos processos de transformação social, a educação mais especificamente está constantemente em foco nas políticas públicas.

A BNCC também se apresenta como referência para a formulação dos currículos da Educação Básica e do Projeto Político Pedagógico (PPP) das Unidades Escolares, os quais não estão acontecendo nas redes públicas, pois a motivação e empenho por parte da equipe gestora deixam a desejar nos estudos dos documentos e na construção deste.

Muito mais proveitoso às escolas seria o exercício da gestão democrática, na busca de uma comunidade escolar mais ativa nas decisões escolares, de um grêmio estudantil incentivado para a participação política como um preparo para a vida pública, de um conselho escolar que se sobreponha às decisões impetradas pelas direções das escolas que sustentam a estrutura de micro poder abafada pelo Estado. Devemos destacar que vários passos serão importantes na implantação

BNCC - Ensino Médio

O atual governo abriu espaço para um ataque à educação pública com a reforma do Ensino Médio que possibilita espaço para exploração da iniciativa privada, por isso, é de suma importância que este assunto esteja na pauta principal das discussões das entidades de classe ligadas à educação.

Em maio de 2017, o governo Temer emitiu a Medida Provisória nº 746/2016, que atropelou a Congresso Nacional onde já se discutiam várias iniciativas relacionadas a aprimorar e aperfeiçoar a estrutura do Ensino Médio (EM). Tramitada pelo Congresso sob a relatoria do Senador Pedro Chaves, ligado à iniciativa privada da Educação Superior, essa MP se tornou Lei 13.415/2017, a Lei da Reforma do Ensino Médio brasileiro.

Algumas características dessa Lei chamam a atenção e devem ser destacadas para podermos falar da BNCC/EM. O governo federal fez intensas propagandas nos meios de comunicação, dizendo que o novo Ensino Médio já estava aprovado pela maior parte da população. Esta reforma do ensino aponta para uma direção, mas ainda não está concretizada e foi difundida através de propagandas falsas. Um novo Ensino Médio não depende apenas de uma lei, mas também de uma Base Nacional Comum Curricular para se tornar algo verdadeiro.

Destacamos os seguintes pontos a serem discutidos:

- A Lei que rege o EM hoje, com 800 horas anuais, terá uma carga horária de, no mínimo, 1000 horas anuais, ampliando assim a jornada dos estudantes e dos professores. A propaganda traz a promessa de Educação em Tempo Integral, mas não adianta ser de “tempo integral”, se não houver qualidade naquilo que se oferece, sem as providências necessárias para qualificar o trabalho dos educadores e, sobretudo, sem que se garanta a vivência dos estudantes nas escolas.

- O novo EM será organizado por áreas do conhecimento, que já são apresentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, mas a reforma vai além; na nova proposta o estudante poderá optar entre cinco itinerários formativos, que seriam aprofundamentos nas áreas de: linguagens, ciências humanas, ciências da natureza, matemática e suas tecnologias ou ainda a educação profissional.

A matriz curricular está dividida em uma parte comum e outra flexível (adequada em cada Estado/Município). A parte comum corresponde aos direitos e objetivos de aprendizagem do jovem, é obrigatória e limitada ao máximo de 1800 horas, aproximadamente 60% da carga horária. Esta limitação é perigosa, pois aquilo que é obrigatório ficará limitado ao que couber em 1800 horas. O que nos leva a perguntar: o que ficará de fora? Quantas aulas de cada disciplina deixarão de ser dadas? Essa limitação poderá tornar o currículo extremamente restrito e pobre, ficando a parte nacional obrigatória (parte comum) restrita aos direitos de aprendizagem. Os conteúdos específicos não serão mais tratados, mas sim os componentes curriculares ou áreas do conhecimento, diluindo aquilo que é próprio das disciplinas, como é o caso das Ciências Humanas, que passam a constituir uma área chamada Estudos e Práticas de Filosofia, Sociologia, Arte e Educação Física. Além disso, a nova Lei nomeia apenas Português, Matemática e Inglês como disciplinas obrigatórias, como se estas fossem as únicas importantes.

- O ponto mais preocupante na mudança do EM é que a Lei prevê que parte da carga horária poderá ser oferecida como ensino a distância (EAD) tanto na parte comum, como na parte flexível. Sabemos que é na escola o local onde os jovens devem desenvolver suas relações sociais fundamentais, muito do que aprende não está nos livros, tais como a aprendizagem da convivência com a diversidade, o significado e vivência da amizade, solidariedade, respeito; ou seja, o conjunto de afetos fundamentais que é construído no ambiente escolar. O ensino EAD exige plataformas de ensino, equipamentos tecnológicos que estão em toda parte, e esta tecnologia deve ser uma aliada da escola e não uma arma a ser usada contra ela e aos profissionais da educação.

Inquietações

A imprensa divulgou os resultados do SARESP (2017) em língua portuguesa e matemática para todos os alunos do Ensino Fundamental e Médio, sem muito alarde, focando os resultados dos

dois últimos anos e esquecendo os demais. Por quê?

Os resultados do SARESP mostraram que em São Paulo houve uma queda em 2017 nos índices alcançados em Língua Portuguesa, mesmo no Ensino Fundamental nos anos iniciais, apesar da melhora apresentada no Brasil desde 2002. Por quê?

Uma pergunta precisa ser respondida: será que uma nova reforma curricular resolverá esses problemas?

Redação: Professores Associados ao CPP

Adriana Pina Urbani

Cibele Pereira de Oliveira

João Jorge Leandre

Luiz Carlos Dias

Maria Claudia de A Viana Junqueira

Rosely de São Vicente

Rosi Bonin Rolizola

Solange Rodrigues Barbosa



